

A atuação multiprofissional na promoção da acessibilidade educacional

School accessibility and inclusive education in Brazil: A documentary
analysis of the legal frameworks for ensuring the right to education

Adriane Duarte Amorim Costa¹; Rivadávia Souza Costa Júnior²; Hyasmin
Assíria Amorim Costa³; Rafaela Correia Cardoso Santana⁴; Islane Gomes
Le Meur⁵; Valmir Santana Barros⁶; Adriane Teixeira Baracho⁷; Crezivando
Soares Dias Júnior⁸; Livia de Andrade Silva Fragoso⁹; Ivaldo dos Reis
Vieira¹⁰; Chrisjacele Santos Ferreira de Araújo¹¹; Erick José Gomes da
Silva¹²; Walter Tenório das Neves Júnior¹³

Resumo

A promoção da acessibilidade educacional constitui um dos principais desafios das instituições de ensino comprometidas com a efetivação da educação inclusiva. Nesse contexto, a atuação multiprofissional destaca-se como estratégia indispensável para identificar barreiras à aprendizagem, elaborar intervenções colaborativas e garantir

¹Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1211-0227>

²Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8301-0750>

³Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4684-4473>

⁴Instituto Federal de Alagoas – Murici – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6563-9200>

⁵Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1577-7908>

⁶Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3960-0620>

⁷Instituto Federal de Alagoas – Murici – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9353-4540>

⁸Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4977-3374>

⁹Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7513-055x>

¹⁰Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4561-0113>

¹¹Instituto Federal de Alagoas – Maragogi – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9793-6601>

¹²Instituto Federal de Alagoas – Piranhas – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2240-8204>

¹³Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3980-5205>

condições equitativas de acesso, permanência, participação e sucesso escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O presente estudo objetiva analisar as contribuições da atuação multiprofissional para a promoção da acessibilidade educacional, enfatizando o trabalho articulado entre professores, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, e demais profissionais envolvidos no processo educativo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura, fundamentada em publicações científicas nacionais e internacionais, documentos legais e políticas públicas relacionadas à educação inclusiva. Os resultados evidenciam que o trabalho colaborativo favorece a identificação precoce das necessidades educacionais específicas, amplia as possibilidades de acessibilidade física, comunicacional, metodológica, curricular e atitudinal, além de fortalecer a construção de ambientes escolares inclusivos. Conclui-se que a atuação multiprofissional representa um importante instrumento para a consolidação da educação inclusiva, desde que acompanhada de políticas públicas, formação continuada dos profissionais e investimentos institucionais capazes de garantir práticas pedagógicas acessíveis e equitativas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Acessibilidade Educacional; Equipe Multiprofissional; Inclusão Escolar; Trabalho Colaborativo.

Abstract

The promotion of educational accessibility is one of the main challenges faced by educational institutions committed to the implementation of inclusive education. In this context, the role of multidisciplinary teams stands out as an essential strategy for identifying barriers to learning, developing collaborative interventions, and ensuring equitable conditions for access, retention, participation, and academic success for students who are the target population of Special Education. This study aims to analyze the contributions of multidisciplinary practice to the promotion of educational accessibility, emphasizing the coordinated work of teachers, pedagogical coordinators, psychologists, social workers, occupational therapists, and other professionals involved in the educational process. This is a bibliographic study with a qualitative approach,

conducted through an integrative literature review based on national and international scientific publications, legal documents, and public policies related to inclusive education. The findings demonstrate that collaborative work facilitates the early identification of specific educational needs, expands opportunities for physical, communicational, methodological, curricular, and attitudinal accessibility, and strengthens the development of inclusive school environments. It is concluded that multidisciplinary practice represents an important instrument for consolidating inclusive education, provided that it is supported by public policies, continuing professional development, and institutional investments capable of ensuring accessible and equitable pedagogical practices.

Keywords: Inclusive Education. Educational Accessibility. Multidisciplinary Team. School Inclusion. Collaborative Work.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais paradigmas orientadores das políticas educacionais em âmbito internacional e nacional. Fundamentada nos princípios dos direitos humanos, da equidade e da valorização da diversidade, essa perspectiva compreende que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou culturais, possuem o direito de acessar uma educação de qualidade em ambientes escolares inclusivos. Nesse contexto, a acessibilidade educacional ultrapassa a eliminação de barreiras arquitetônicas, abrangendo também aspectos pedagógicos, comunicacionais, tecnológicos, metodológicos e atitudinais que favoreçam a plena participação dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

No cenário brasileiro, importantes avanços legais fortaleceram esse entendimento, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e da incorporação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao ordenamento jurídico brasileiro. Esses instrumentos reconhecem a educação inclusiva como direito

fundamental e atribuem às instituições de ensino a responsabilidade de eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação dos estudantes.

Entretanto, a efetivação desses direitos exige muito mais do que adaptações físicas ou aquisição de tecnologias assistivas. Conforme argumenta Sassaki (2021), a acessibilidade constitui um processo multidimensional, envolvendo mudanças estruturais, pedagógicas, culturais e sociais capazes de assegurar igualdade de oportunidades e participação plena das pessoas com deficiência.

Sob essa perspectiva, destaca-se a importância da atuação multiprofissional no contexto educacional. O trabalho integrado entre professores, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, profissionais da saúde e gestores escolares favorece uma compreensão ampliada das necessidades dos estudantes e possibilita a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes, individualizadas e inclusivas. Segundo Silva e Mendes (2021), equipes multiprofissionais atuam como importantes mediadoras entre escola, família e serviços especializados, contribuindo para o desenvolvimento de práticas colaborativas voltadas à inclusão escolar.

A literatura recente evidencia que a atuação multiprofissional fortalece a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), amplia as possibilidades de acessibilidade curricular e favorece a permanência dos estudantes na escola comum. Além disso, o trabalho colaborativo contribui para a formação continuada dos docentes, reduz barreiras atitudinais e promove uma cultura institucional comprometida com os princípios da educação inclusiva (SANTOS; SARDAGNA, 2023).

Autores como Mantoan (2015) defendem que a inclusão escolar depende da reorganização das práticas pedagógicas e da superação de modelos educacionais excludentes. Para a autora, a escola inclusiva pressupõe o reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo do processo educativo, exigindo atuação articulada entre diferentes áreas do conhecimento. De forma semelhante, Mendes (2019) enfatiza que a educação inclusiva somente se concretiza quando há colaboração efetiva entre profissionais da educação, da saúde e da assistência social, em uma perspectiva interdisciplinar centrada nas necessidades do estudante.

Nesse sentido, a atuação multiprofissional não deve ser compreendida como substitutiva do trabalho docente, mas como estratégia de apoio técnico e pedagógico que

amplia as possibilidades de aprendizagem, participação e desenvolvimento integral dos estudantes. A construção de práticas colaborativas favorece intervenções mais qualificadas, compartilhamento de responsabilidades e fortalecimento da gestão democrática da escola.

Diante desse cenário, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira a atuação multiprofissional contribui para a promoção da acessibilidade educacional no contexto da educação inclusiva?

Assim, o objetivo geral consiste em analisar as contribuições da atuação multiprofissional para a promoção da acessibilidade educacional, destacando sua importância na eliminação de barreiras, no fortalecimento da inclusão escolar e na garantia do direito à educação para todos os estudantes. Como objetivos específicos, pretende-se: discutir os fundamentos da acessibilidade educacional; apresentar o papel dos diferentes profissionais envolvidos na educação inclusiva; analisar evidências científicas sobre práticas colaborativas; e identificar desafios e perspectivas para a consolidação da atuação multiprofissional nas instituições de ensino.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação inclusiva e acessibilidade educacional

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na defesa dos direitos humanos, da equidade e da valorização da diversidade, propondo a reorganização dos sistemas de ensino para atender às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas características, condições ou especificidades. Diferentemente dos modelos integracionistas, que condicionavam a permanência do estudante à sua adaptação ao ambiente escolar, a perspectiva inclusiva atribui à escola a responsabilidade de eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação, promovendo condições equitativas de acesso, permanência e sucesso escolar (MANTOAN, 2015).

Esse entendimento foi fortalecido internacionalmente pela Declaração de Salamanca, publicada pela UNESCO em 1994, que reconheceu as escolas inclusivas como o meio mais eficaz para combater práticas discriminatórias, promover comunidades acolhedoras e garantir educação de qualidade para todos. A declaração destaca que os

sistemas educacionais devem adaptar-se às necessidades dos estudantes, e não exigir que estes se adaptem às limitações institucionais (UNESCO, 1994).

No Brasil, a consolidação desse paradigma ocorreu de forma gradual por meio de importantes marcos legais. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) assegurou o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Outro avanço significativo foi a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), documento que redefiniu as diretrizes da educação especial brasileira ao estabelecer que os estudantes público-alvo da Educação Especial devem frequentar as classes comuns do ensino regular, contando com serviços de apoio, recursos de acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado (AEE). A política reforça que a inclusão escolar depende da eliminação das barreiras existentes no ambiente educacional e da articulação entre diferentes profissionais envolvidos no processo educativo.

Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) ampliou significativamente o conceito de acessibilidade ao defini-la como a possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, transportes, informação, comunicação, tecnologias e serviços por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2015). Embora frequentemente associada às adaptações arquitetônicas, a legislação evidencia que a acessibilidade compreende múltiplas dimensões, diretamente relacionadas ao processo educacional.

Segundo Sasaki (2021), a acessibilidade deve ser compreendida de forma sistêmica, abrangendo pelo menos seis dimensões interdependentes: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Na educação, essas dimensões manifestam-se desde a eliminação de barreiras físicas até a flexibilização curricular, adoção de recursos de tecnologia assistiva, comunicação

acessível, formação docente e desenvolvimento de atitudes inclusivas entre toda a comunidade escolar.

A acessibilidade metodológica assume especial relevância no contexto escolar, pois envolve a adaptação de estratégias de ensino, formas de avaliação, recursos pedagógicos e organização curricular capazes de responder à diversidade presente nas salas de aula. Conforme Mendes (2019), não basta garantir matrícula aos estudantes com deficiência; é indispensável assegurar condições efetivas para sua aprendizagem, participação e desenvolvimento integral.

Diversos estudos recentes demonstram que escolas que investem em acessibilidade curricular apresentam maiores índices de participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial e melhores resultados relacionados ao desenvolvimento acadêmico e à convivência escolar (SANTOS; SARDAGNA, 2023). Esses resultados reforçam que a inclusão não depende exclusivamente de recursos materiais, mas da reorganização das práticas pedagógicas e da construção de culturas institucionais comprometidas com a diversidade.

Além das adaptações curriculares, a acessibilidade educacional envolve o fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade. Para Glat e Pletsch (2018), a inclusão escolar somente se efetiva quando diferentes atores sociais compartilham responsabilidades na construção de ambientes acessíveis, reconhecendo que o processo educativo ultrapassa os limites da sala de aula e exige atuação integrada entre educação, saúde e assistência social.

Outro aspecto relevante refere-se à formação dos profissionais da educação. Estudos apontam que muitos docentes ainda relatam dificuldades para desenvolver práticas inclusivas em razão da insuficiência de formação inicial e continuada voltada à educação especial e à acessibilidade (PLETSCH; SOUZA, 2021). Tal realidade evidencia que a inclusão escolar depende não apenas da existência de legislações protetivas, mas também de investimentos permanentes em qualificação profissional.

Nesse cenário, a promoção da acessibilidade educacional exige uma mudança de paradigma institucional. A escola deixa de compreender a deficiência como característica

exclusiva do estudante e passa a reconhecer que as barreiras existentes no ambiente educacional constituem os principais obstáculos à aprendizagem. Essa mudança desloca o foco da limitação individual para a responsabilidade coletiva de construir práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas (MANTOAN, 2015).

Assim, a acessibilidade educacional configura-se como elemento estruturante da educação inclusiva, articulando políticas públicas, formação profissional, organização curricular, tecnologias assistivas, participação da família e atuação multiprofissional. Esses componentes, quando integrados, favorecem a construção de sistemas educacionais mais democráticos, capazes de garantir o direito à educação com qualidade, equidade e respeito às diferenças.

2.2 A atuação multiprofissional na promoção da acessibilidade educacional

A efetivação da educação inclusiva pressupõe uma atuação articulada entre diferentes profissionais, cujos conhecimentos e competências se complementam na identificação das necessidades educacionais dos estudantes e na implementação de estratégias que favoreçam sua aprendizagem, participação e desenvolvimento integral. Nesse contexto, a atuação multiprofissional constitui uma das principais estratégias para promover a acessibilidade educacional, uma vez que possibilita intervenções interdisciplinares voltadas à eliminação das barreiras que limitam o processo educativo.

A literatura científica tem demonstrado que o trabalho desenvolvido por equipes multiprofissionais representa um importante apoio às instituições de ensino, especialmente diante do aumento do número de estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados nas classes comuns da educação básica e do ensino superior. Entretanto, o sucesso dessa atuação depende da construção de práticas colaborativas entre os diferentes profissionais envolvidos, evitando que suas ações permaneçam fragmentadas ou restritas ao modelo clínico tradicional (SILVA; MENDES, 2021).

Historicamente, o atendimento aos estudantes com deficiência esteve fortemente associado a práticas médico-reabilitadoras, nas quais psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros especialistas realizavam avaliações isoladas, frequentemente desvinculadas do contexto escolar. Esse modelo, centrado na deficiência,

limitava as possibilidades de atuação da escola e atribuía ao estudante a responsabilidade pelas dificuldades de aprendizagem. Com o fortalecimento da perspectiva inclusiva, essa lógica passou a ser gradativamente substituída por um modelo colaborativo, em que os diferentes profissionais compartilham responsabilidades e constroem estratégias conjuntas voltadas à eliminação das barreiras presentes no ambiente educacional (MENDES, 2019).

Segundo Silva e Mendes (2021), equipes multiprofissionais que atuam sob a perspectiva da consultoria colaborativa escolar favorecem significativamente a inclusão, pois deixam de concentrar suas ações em atendimentos clínicos individuais e passam a orientar professores, gestores e familiares na construção de práticas pedagógicas acessíveis. As autoras destacam que a colaboração contínua entre especialistas e docentes amplia as possibilidades de permanência e aprendizagem dos estudantes, além de fortalecer a autonomia da própria escola para enfrentar os desafios da inclusão.

Essa perspectiva aproxima-se do entendimento de Mantoan (2015), para quem a inclusão escolar depende da reorganização das práticas pedagógicas e da superação de modelos que segregam os estudantes. A autora argumenta que a diversidade constitui característica inerente às salas de aula e, portanto, deve ser considerada no planejamento curricular, na avaliação e nas metodologias de ensino. Nesse sentido, a equipe multiprofissional não substitui o trabalho docente, mas oferece suporte técnico e pedagógico para que o professor desenvolva práticas inclusivas fundamentadas nas necessidades reais dos estudantes.

Entre os profissionais que compõem essas equipes, o psicólogo escolar desempenha papel relevante na promoção da saúde mental, na mediação de conflitos, no fortalecimento das relações interpessoais e no apoio às famílias e aos professores. Sua atuação ultrapassa a realização de avaliações psicológicas, envolvendo também ações preventivas, formação continuada da comunidade escolar e participação na elaboração de estratégias institucionais voltadas à inclusão.

O assistente social, por sua vez, contribui para a identificação de vulnerabilidades sociais que interferem no processo educativo, promovendo a articulação entre escola,

família e rede de proteção social. Sua atuação favorece o acesso dos estudantes às políticas públicas e amplia as condições de permanência escolar, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas. Estudos recentes ressaltam que a inserção desse profissional nas instituições educacionais fortalece a gestão democrática e amplia a efetividade das ações inclusivas.

O terapeuta ocupacional contribui para o desenvolvimento da autonomia funcional dos estudantes, propondo adaptações ambientais, recursos de tecnologia assistiva e estratégias que favoreçam a participação nas atividades escolares. De maneira semelhante, o fonoaudiólogo atua no desenvolvimento da comunicação, linguagem oral e escrita, comunicação suplementar e alternativa e orientação aos professores quanto ao uso de recursos acessíveis, especialmente junto aos estudantes com deficiência auditiva, transtornos do neurodesenvolvimento e alterações da comunicação.

O pedagogo e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) assumem papel estratégico na articulação entre currículo, acessibilidade e práticas pedagógicas. Esses profissionais colaboram na elaboração de adaptações curriculares, flexibilização de metodologias, produção de materiais acessíveis e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes, sempre em diálogo com os docentes das classes comuns.

Embora cada profissional possua atribuições específicas, a literatura enfatiza que os melhores resultados ocorrem quando suas ações são planejadas coletivamente. Delgado (2023), ao investigar a colaboração entre professores e equipes multiprofissionais, concluiu que modelos fundamentados no ensino colaborativo e na consultoria colaborativa favorecem a construção de soluções compartilhadas para os desafios da inclusão escolar, reduzindo a fragmentação das intervenções e fortalecendo o protagonismo dos professores.

Entretanto, diversos desafios ainda dificultam a consolidação dessa atuação integrada. Entre eles destacam-se a insuficiência de equipes multiprofissionais nas redes públicas de ensino, a sobrecarga dos profissionais, a indefinição de atribuições, a escassez de formação interdisciplinar e a permanência de concepções medicalizantes acerca das

dificuldades de aprendizagem. Romano, Silva e Ferreira (2024) observam que muitas equipes ainda enfrentam dificuldades para superar práticas centradas exclusivamente na avaliação clínica, tornando necessária a adoção de referenciais fundamentados na educação inclusiva e no trabalho colaborativo.

Outro desafio refere-se à formação continuada dos profissionais da educação. Diversas pesquisas apontam que professores frequentemente relatam insegurança para atender estudantes com necessidades educacionais específicas, especialmente quando não contam com apoio institucional permanente. Nesse cenário, a equipe multiprofissional assume também função formativa, promovendo momentos de estudo, orientação pedagógica e reflexão coletiva sobre práticas inclusivas.

Além disso, a atuação multiprofissional fortalece a implementação da acessibilidade curricular, compreendida como a adaptação intencional do currículo, das metodologias, dos recursos didáticos e dos processos avaliativos para contemplar a diversidade presente nas salas de aula. Conforme Santos e Sardagna (2023), a acessibilidade curricular representa uma das dimensões mais importantes da inclusão escolar, pois possibilita que todos os estudantes participem efetivamente das atividades educativas, respeitando seus diferentes modos de aprender.

Dessa forma, a promoção da acessibilidade educacional não pode ser atribuída exclusivamente ao professor ou ao profissional do Atendimento Educacional Especializado. Trata-se de uma responsabilidade institucional que exige planejamento coletivo, integração entre diferentes áreas do conhecimento e compromisso permanente com os princípios da educação inclusiva. A atuação multiprofissional, quando fundamentada na interdisciplinaridade, na colaboração e no respeito às singularidades dos estudantes, constitui elemento essencial para a construção de escolas verdadeiramente inclusivas, democráticas e socialmente comprometidas.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, cujo objetivo consiste em analisar a produção científica sobre a atuação multiprofissional na promoção da acessibilidade educacional no contexto da

educação inclusiva. Esse tipo de revisão permite a síntese e a sistematização do conhecimento produzido sobre determinada temática, contribuindo para a compreensão ampliada do fenômeno investigado e para a identificação de lacunas existentes na literatura científica.

A revisão integrativa foi conduzida com base em um percurso metodológico composto por seis etapas inter-relacionadas, iniciando-se pela definição da temática e formulação da questão norteadora, seguida do estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, da busca nas bases de dados selecionadas, da leitura e seleção dos estudos, da extração e organização dos dados e, por fim, da análise e interpretação dos resultados encontrados.

A questão norteadora que orientou a pesquisa foi: de que maneira a atuação multiprofissional contribui para a promoção da acessibilidade educacional no contexto da educação inclusiva? A partir dessa questão, foram definidas as estratégias de busca e seleção dos estudos.

A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados de acesso aberto amplamente reconhecidas na área da Educação e das Ciências da Saúde, sendo elas a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Redalyc, o Directory of Open Access Journals (DOAJ) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A escolha dessas bases se justifica por sua relevância científica, abrangência temática e disponibilidade gratuita de acesso aos textos completos, o que garante maior reprodutibilidade e transparência ao processo metodológico.

Para a busca dos estudos, foram utilizados descritores em português e inglês, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, incluindo os termos “educação inclusiva”, “acessibilidade educacional”, “equipe multiprofissional”, “trabalho multiprofissional”, “inclusão escolar”, “atendimento educacional especializado”, “inclusive education”, “educational accessibility”, “multidisciplinary team” e “school inclusion”. A estratégia de busca foi estruturada de forma combinada, contemplando expressões como “educação inclusiva” ou “educação especial” associadas ao termo “acessibilidade educacional” e aos descritores relacionados à atuação multiprofissional.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão os artigos científicos publicados entre os anos de 2017 e 2025, disponíveis em texto completo e de acesso gratuito, publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol, e que apresentassem relação direta com a temática da atuação multiprofissional na educação inclusiva ou com a promoção da acessibilidade educacional. Foram excluídos estudos duplicados, resumos simples, editoriais, cartas ao editor, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, bem como artigos que não apresentassem aderência ao objeto de estudo ou que não estivessem vinculados ao contexto educacional.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, os estudos selecionados foram organizados em uma planilha estruturada, contendo informações referentes ao autor, ano de publicação, objetivo do estudo, delineamento metodológico e principais resultados encontrados. Esse procedimento possibilitou uma organização sistemática dos dados e facilitou a análise comparativa entre os diferentes estudos incluídos na revisão.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin, permitindo a identificação de categorias analíticas emergentes a partir da leitura aprofundada dos estudos selecionados. Essa técnica possibilitou a interpretação qualitativa dos dados, favorecendo a construção de categorias relacionadas às contribuições da atuação multiprofissional para a promoção da acessibilidade educacional.

Por fim, destaca-se que o processo de seleção e triagem dos estudos será apresentado por meio de um fluxograma baseado nas recomendações do protocolo PRISMA 2020, com o objetivo de garantir maior rigor metodológico, transparência e reprodutibilidade à revisão integrativa desenvolvida.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

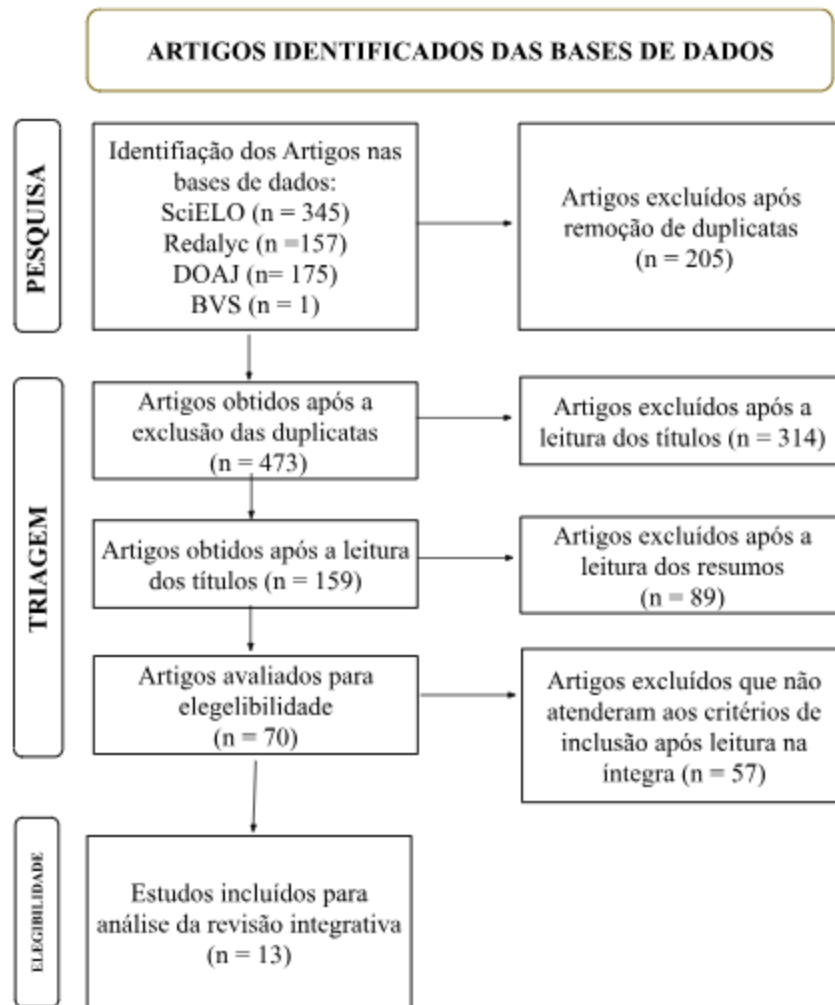
O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos seguiu as recomendações do protocolo PRISMA 2020. Inicialmente, foram identificados estudos nas bases de dados SciELO, Redalyc, DOAJ e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Após a remoção de duplicidades, os estudos passaram pela fase de triagem com base na leitura

de títulos e resumos, sendo excluídos aqueles que não apresentavam aderência ao tema da pesquisa.

Na etapa de elegibilidade, foram avaliados os textos completos dos estudos potencialmente relevantes, considerando os critérios de inclusão previamente estabelecidos: publicações entre 2017 e 2025, artigos disponíveis em texto completo e gratuito, nos idiomas português, inglês ou espanhol, e que abordassem diretamente a atuação multiprofissional na educação inclusiva ou a promoção da acessibilidade educacional.

Após essa etapa, os estudos que atenderam a todos os critérios foram incluídos na amostra final da revisão integrativa, compondo o corpus de análise desta pesquisa. **(Figura 1).**

Figura 1 – Fluxograma PRISMA 2020 do processo de seleção dos estudo



Elaborado pelos autores (2026)

Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

A busca realizada nas bases de dados SciELO, Redalyc, Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) resultou na identificação inicial de 1.667 publicações relacionadas à temática da atuação multiprofissional na promoção da acessibilidade educacional. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, incluindo a remoção de duplicidades, leitura dos títulos, resumos e textos completos, foram selecionados 13 artigos para compor esta revisão integrativa, conforme demonstrado no Quadro 1. Os estudos foram publicados entre os anos de 2017 e 2025, evidenciando um crescimento das pesquisas voltadas à educação inclusiva, ao Atendimento Educacional

Especializado (AEE) e à atuação colaborativa entre profissionais da educação e de outras áreas do conhecimento.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa

Autor/Ano	Título	Objetivo	Método	Principais resultados
Oliveira, Neves e Seimetz (2024)	Alguns aspectos de inclusão de uma criança com Transtorno do Espectro Autista em uma escola regular	Analisar como as políticas de inclusão são implementadas no processo de inserção de uma criança com TEA em escola regular.	Estudo de caso, qualitativo, exploratório e transversal.	Evidenciou que a matrícula não garante inclusão efetiva, sendo necessárias adaptações pedagógicas, apoio especializado, participação da família e atuação articulada entre escola e equipe multidisciplinar.
Lima e Santos (2023)	Atendimento Educacional Especializado: articulação entre professor do AEE, da sala comum e família do aluno PAEE em duas escolas públicas do município de Parintins (AM)	Conhecer o funcionamento do AEE e analisar a articulação entre professor do AEE, professor da sala comum e família.	Pesquisa descritiva, qualitativa, com entrevista semiestruturada.	Os professores reconhecem a importância da parceria, mas a articulação ocorre de forma pouco satisfatória, indicando necessidade de planejamento coletivo e maior envolvimento da gestão escolar.
Zerbato, Vilaronga e Santos (2021)	Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais:	Discutir a atuação do professor de Educação Especial no contexto	Pesquisa documental, qualitativa, com análise de	Destacou a relevância do professor de Educação Especial e do trabalho colaborativo

Autor/Ano	Título	Objetivo	Método	Principais resultados
	reflexões sobre a atuação do professor de Educação Especial	dos Institutos Federais.	documentos normativos e relatórios institucionais.	com outros profissionais para garantir permanência, participação e aprendizagem dos estudantes PAEE.
Santos <i>et al.</i> (2017)	Atendimento Educacional Especializado: reflexões sobre a demanda de alunos matriculados e a oferta de Salas de Recursos Multifuncionais na rede municipal de Manaus-AM	Evidenciar e discutir a oferta de Salas de Recursos Multifuncionais em relação à demanda de estudantes da Educação Especial.	Pesquisa quantitativa, descritiva e documental.	Identificou insuficiência de Salas de Recursos Multifuncionais para atender ao aumento das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial, estimando déficit de atendimento na rede municipal.
Almeida, Cabral e Oliveira (2025)	Brincar, mediar e incluir: práticas de Atendimento Educacional Especializado em dois cenários da Educação Infantil e dos Anos Iniciais	Analisar a contribuição do AEE para a inclusão de crianças com deficiência e dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil e nos Anos Iniciais.	Pesquisa qualitativa e descritiva, baseada em observações sistemáticas e registros reflexivos.	Demonstrou que o AEE, quando planejado com intencionalidade pedagógica, favorece o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social das crianças.
Neves (2017)	Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar	Discutir as contribuições da Arte para o AEE e para a inclusão escolar.	Ensaio teórico, fundamentado na teoria da Cognição Imaginativa e em relatos de experiências.	Apontou que a arte favorece criação, imaginação, expressão e participação, devendo integrar as práticas do AEE, especialmente com estudantes com deficiência intelectual.
Mendes (2024)	Equipes multiprofissionais: desafios e possibilidades frente às prioridades definidas pelas políticas educacionais	Refletir sobre a atuação de equipes multiprofissionais na Rede Pública de Educação Básica.	Relato de prática profissional com abordagem reflexiva e institucional.	Evidenciou que a atuação multiprofissional deve apoiar o trabalho docente, considerar fatores intra e extraescolares e evitar práticas patologizantes e psicologizantes da vida escolar.
Silva e Aquino (2023)	Formação em Psicologia Escolar: implicações para a	Levantar o perfil sociodemográfico e formativo de	Pesquisa qualitativa, com questionário on-line aplicado a	Constatou lacunas na formação específica em Psicologia Escolar e

Autor/Ano	Título	Objetivo	Método	Principais resultados
	prática em equipe multiprofissional	psicólogos escolares e discutir impactos na prática em equipe.	62 psicólogos escolares.	destacou a importância de práticas críticas e psicossociais no trabalho em equipe multiprofissional.
Ziesmann e Guilherme (2020)	Inclusão no Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: um estudo de caso	Compreender como professores do AEE e do ensino regular entendem e efetivam a inclusão escolar.	Estudo de caso, qualitativo, com observações e entrevistas semiestruturadas.	Demonstrou que a inclusão não pode ocorrer por práticas isoladas, exigindo compromisso coletivo, formação docente e clareza sobre as ações inclusivas no cotidiano escolar.
Sozo e Haas (2024)	Políticas municipais de Educação Especial em debate: o profissional de apoio escolar nos processos inclusivos	Investigar a regulamentação do profissional de apoio escolar em municípios da Região Metropolitana da Serra Gaúcha.	Pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental e com análise de indicadores educacionais.	Identificou falta de clareza nas nomenclaturas, atribuições e formação do profissional de apoio escolar, além de lacunas na articulação com o AEE.
Plácido, Santos e Gonçalves (2023)	Prática Pedagógica e Atendimento Educacional Especializado: uma relação necessária	Refletir sobre a prática pedagógica voltada ao AEE.	Pesquisa bibliográfica.	Evidenciou que o AEE, as tecnologias assistivas, as Salas de Recursos Multifuncionais e os Planos de Ensino Individualizados favorecem a inclusão, desde que acompanhados de formação docente continuada.
Miranda e Pereira (2022)	Pressupostos da Educação Especial em Minas Gerais: uma análise dos documentos legais	Analisar a inclusão escolar de pessoas com deficiência a partir dos documentos legais.	Pesquisa bibliográfica e documental.	Verificou avanços legais na concepção de inclusão escolar, mas destacou que ainda persistem barreiras para a efetivação plena dos direitos educacionais.
Marcelino et al. (2021)	Relato de profissionais do Atendimento Educacional Especializado em uma	Analisar o perfil dos profissionais do AEE e suas necessidades no processo de inclusão	Estudo descritivo, transversal, quanti-qualitativo, com questionário,	Identificou desconhecimento e insegurança dos profissionais do AEE diante da Paralisia

Autor/Ano	Título	Objetivo	Método	Principais resultados
	formação sobre Paralisia Cerebral	de estudantes com Paralisia Cerebral.	diário de campo e gravação de relatos.	Cerebral, apontando a necessidade de formação continuada e parceria entre saúde e educação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base nos estudos selecionados para a revisão integrativa.

A análise dos estudos evidenciou que a atuação multiprofissional constitui um importante elemento para a promoção da educação inclusiva, ao favorecer o trabalho colaborativo entre professores da sala comum, docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), gestores, famílias e demais profissionais da rede de apoio. Os artigos convergem ao destacar que essa integração amplia as possibilidades de atendimento às necessidades educacionais dos estudantes e fortalece as práticas inclusivas.

O Atendimento Educacional Especializado destacou-se como um dos principais recursos para a promoção da acessibilidade educacional, atuando de forma complementar ao ensino regular por meio da identificação de barreiras, elaboração de recursos pedagógicos e desenvolvimento de estratégias de acessibilidade. Nesse sentido, Zerbato, Vilaronga e Santos (2021) ressaltam que o trabalho colaborativo entre o professor de Educação Especial e os docentes do ensino regular favorece a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes. De forma semelhante, Ziesmann e Guilherme (2020) destacam que a inclusão escolar depende do planejamento compartilhado e da atuação integrada entre os profissionais envolvidos no processo educativo.

Os estudos também evidenciaram que a parceria entre escola e família representa um fator determinante para o acompanhamento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A pesquisa realizada em escolas públicas de Parintins (AM) demonstrou que a comunicação entre professores do AEE, docentes da sala comum e familiares favorece intervenções pedagógicas mais eficazes, embora ainda existam fragilidades na organização desse trabalho colaborativo.

Outro aspecto recorrente refere-se ao papel das equipes multiprofissionais na identificação das barreiras à aprendizagem e no apoio às práticas pedagógicas. Mendes (2024) defende uma atuação institucional voltada ao fortalecimento do trabalho docente, evitando práticas patologizantes e priorizando ações coletivas de inclusão. Nessa mesma perspectiva, Silva e Aquino (2023) ressaltam que a formação dos psicólogos escolares influencia diretamente a qualidade da atuação em equipe, destacando a importância de uma formação crítica e interdisciplinar.

Além disso, os estudos demonstram que a atuação multiprofissional ultrapassa o atendimento individualizado, envolvendo orientação aos professores, planejamento pedagógico, desenvolvimento de recursos acessíveis e fortalecimento da relação entre escola e família. Complementando esses achados, Almeida, Cabral e Oliveira (2025) evidenciam que práticas pedagógicas mediadas pelo brincar e desenvolvidas de forma articulada entre o AEE e a sala comum favorecem o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, contribuindo para uma inclusão escolar mais efetiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa permitiu analisar as contribuições da atuação multiprofissional para a promoção da acessibilidade educacional no contexto da educação inclusiva, evidenciando que a articulação entre diferentes profissionais constitui um elemento essencial para a efetivação do direito à educação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Os estudos analisados convergem ao demonstrar que a atuação colaborativa entre professores da sala comum, docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), gestores, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e demais profissionais amplia as possibilidades de identificação das necessidades educacionais específicas e favorece a implementação de estratégias pedagógicas acessíveis e inclusivas.

Os resultados também evidenciaram que o Atendimento Educacional Especializado desempenha papel central na promoção da acessibilidade educacional, especialmente quando articulado ao ensino regular e fundamentado em práticas colaborativas. Recursos como tecnologias assistivas, Salas de Recursos Multifuncionais,

Planos Educacionais Individualizados e metodologias diversificadas foram apontados como importantes instrumentos para favorecer a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à importância da formação continuada dos profissionais da educação e da consolidação de equipes multiprofissionais capazes de atuar de forma interdisciplinar. Os estudos demonstram que a ausência de formação específica, a insuficiência de profissionais especializados e a fragilidade na articulação entre os diferentes setores ainda representam desafios para a efetivação das políticas públicas de educação inclusiva.

Além disso, verificou-se que a acessibilidade educacional ultrapassa as adaptações arquitetônicas, abrangendo dimensões pedagógicas, comunicacionais, metodológicas, tecnológicas e atitudinais. Nesse sentido, a construção de ambientes escolares inclusivos depende do compromisso institucional, da implementação de políticas públicas permanentes e da valorização do trabalho colaborativo entre educação, saúde, assistência social e família.

Conclui-se, portanto, que a atuação multiprofissional representa uma estratégia indispensável para a promoção da acessibilidade educacional, contribuindo para a eliminação das barreiras à aprendizagem e para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem as investigações sobre os impactos da atuação multiprofissional em diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como sobre estratégias de formação continuada e modelos colaborativos que fortaleçam a institucionalização da educação inclusiva nas redes de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elisangela Alves et al. Brincar, mediar e incluir: práticas de Atendimento Educacional Especializado em dois cenários da educação infantil e dos anos iniciais. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 6, n. 13, p. 1-16, 2025.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

BRASIL, Lei. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário**, Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Brasília: Ministério da Educação**, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

DA SILVA LIMA, Merianne; LIBARDONI DOS SANTOS, João Otacílio. Atendimento Educacional Especializado: articulação entre professor do AEE, da sala comum e família do aluno PAEE em duas Escolas Públicas do Município de Parintins (AM). **Revista Educação Especial (Online)**, v. 36, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MENDES, Laura Rosa Ribeiro. EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES FRENTE ÀS PRIORIDADES DEFINIDAS PELAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, p. e256841, 2024.

MIRANDA, Walquiria Gomes; PEREIRA, Cláudio Alves. PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS LEGAIS. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 3, p. e22070-e22070, 2022.

NEVES, Libéria Rodrigues. Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar¹. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 4, p. 489-504, 2017.

PLÁCIDO, Maria Elze dos Santos; SANTOS, Josiane Cordeiro de Sousa; GONÇALVES, Lillianne Plácido. Prática Pedagógica e Atendimento Educacional

Especializado: uma relação necessária. **Revista Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, e-714, 2023.

QUEIROZ MARCELINO, Juliana Fonsêca et al. Relato de profissionais do Atendimento Educacional Especializado em uma formação sobre Paralisia Cerebral. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-19, 2021.

SANTOS, Simone Pereira; SARDAGNA, Helena. Acessibilidade curricular e inclusão escolar: Uma revisão de literatura. **Educere et Educare: Revista de Educação**, v. 18, n. 45, p. 434-454, 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi et al. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Wva, 1997.

SILVA, Cláudia Luciene de Melo; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Formação em psicologia escolar: implicações para a prática em equipe multiprofissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e265125, 2023.

SILVA, Márcia Altina Bonfá; MENDES, Enicéia Gonçalves. A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à inclusão escolar. **Revincluso-Revista Inclusão & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 33-56, 2021.

SOZO, Carolina Mross; HAAS, Clarissa. Políticas municipais de Educação Especial em debate: o profissional de apoio escolar nos processos inclusivos. **Cadernos de Pesquisa. Maranhão, MA. Vol. 31, n. 3 (jul./set. 2024), p. 1-29**, 2024.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

ZIESMANN, Cleusa Inês; GUILHERME, Alexandre Anselmo. Inclusão no Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: um estudo de caso. **Contexto & Educação**, 2020.